

As propostas dos empresários paulistas

por José Casado
de São Paulo

Os empresários paulistas já definiram um conjunto de propostas para reativação da economia brasileira, no curto prazo. As sugestões, em sua maioria, revelam um interesse muito grande do setor industrial na imediata adoção de medidas que viabilizem um seguro processo de capitalização das empresas privadas não-financeiras, a partir de mudanças estruturais no mercado de capitais e na legislação fiscal, já no exercício de 1982.

Esse interesse "é justificável", observa José Ephim Mindlin, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Metal Leve S.A., pois, "as empresas industriais deste País estão superendividadas e subcapitalizadas, e, numa conjuntura de recessão como a que estamos enfrentando, a gente tem de fugir dos bancos como o diabo foge da cruz".

No entanto, são muitos os óbices à implementação das várias propostas para capitalização das empresas e reativação da economia, porque — afirmam os empresários — é necessário manter as diretrizes da política econômica vigente e evitar qualquer desvio substancial das metas econômicas programadas — todas convergentes ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

Na contingência de, por

um lado, conviver por mais algum tempo com os reflexos de um esquema rígido de administração das contas externas, e, por outro lado, de aumentar a margem de capital próprio das empresas, para reduzir, em parte, os ônus dos custos financeiros, os empresários começaram a estudar as alternativas de canalização de massa palpável de poupança (voluntária e compulsória) para investimento no setor industrial.

PIS-PASEP

A FIESP, por exemplo, discute, no momento, uma idéia do ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, no sentido de se estabelecer um tratamento preferencial e permanente para os rendimentos de ações (e cotas-partes de capital) lançadas e subscritas durante período limitado e predeterminado.

"Mas este não é o único caminho", lembra José

Mindlin, que, ontem, participou de um debate sobre a questão da capitalização das empresas na Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Ele recordou a proposta feita, em 1977, por uma comissão que integrou, ao lado de Hélio Beltrão e Octávio Bulhões, para transformação do PIS-Pasep em um grande fundo de investimentos.

"Teríamos, com essa transformação e a criação de uma comissão tripartite de administração do fundo, uma forma de socialização que não assustaria os que vêm com muito receio a possibilidade do socialismo", comentou. Mindlin entende que "todas as alternativas que passem pela capitalização das empresas devem ser estudadas", neste momento. E lembrar uma outra, recentemente apresentada pelo banqueiro Gastão Vidigal (Comind), segundo a qual o depósito



José Mindlin

compulsório bancário (equivalente a 35% dos depósitos a vista) deveria ser direcionado para investimento no mercado de ações.

ESPECULAÇÃO

A análise dos empresários tem como premissa o quadro econômico do País, deformado pela especulação financeira. "Hoje, não há como a indústria concorrer com o setor financeiro na atração de capitais", diz

Dilson Funaro, membro do Conselho Superior de Economia da FIESP e presidente da Trol S.A.

Para mudar esse quadro, segundo entende Cláudio Bardella, vice-presidente da FIESP, "há necessidade de algumas medidas de impacto e de efeito de curto prazo". Este processo, diz ele, teria de ser desdobrado em duas etapas. A primeira é vencer o constrangimento do déficit no balanço de pagamentos, nesse segundo semestre — "vamos ter de absorver nova alta de juros internos durante o tempo necessário para cobrir o déficit". A segunda etapa é a do estabelecimento de um aparato de medidas que contribuam para a efetiva capitalização das empresas, já no próximo exercício fiscal.

LEGISLAÇÃO

No estudo dessa "segunda etapa" a diretoria da FIESP tem recebido contribuições das mais diversas origens. Do interior do estado, por exemplo, surgiu uma proposta, no último fim de semana, assinada pelos empresários que integram o conselho do Centro das Indústrias (CIESP), na região de Marília.

Depois de analisar a viabilidade de reativação do setor industrial, os empresários do interior chegaram à conclusão de que é necessário introduzir-se algumas modificações na legislação tributária para incentivar o processo de expansão das empresas.

João Marion, delegado do CIESP em Marília, resumiu as sugestões em quatro itens: a) aplicação de uma alíquota substancialmente reduzida do Imposto de Renda para empresas que reapliquem seus lucros em investimentos fixos de bens de produção, isto é, em expansão do seu parque industrial; b) essa alíquota reduzida será aplicada sobre o valor do lucro efetivamente investido, o qual poderá ser o total ou parte do lucro após a provisão para o Imposto de Renda; c) a parte dos lucros distribuídos aos quotistas ou acionistas será tributada normalmente segundo as alíquotas vigentes; d) a alíquota reduzida aplicar-se-á somente às empresas produtoras ou transformadoras de bens materiais, ficando excluídas as atividades que não se enquadrem nessa categoria.

A questão, na opinião de Marion, resume-se, agora, a uma opção econômica do país: "Se existem alternativas de menor risco, por que um capitalista vai investir em fatores de produção? É preciso despertar a consciência das autoridades governamentais para o fato de que o pleno emprego é o único fator de segurança de uma nação. E o pleno emprego só vai existir no Brasil quando houver uma opção definitiva pelo investimento na produção, eliminando-se o papel predominante da especulação financeira sobre toda a economia".